



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 221 / JANEIRO-FEVEREIRO 2024 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3** Celebramos os 50 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974
- 4** A 10 de março levamos a luta ao voto!
- 6** Pela realidade da Limpeza Urbana...
- 9** A luta por condições de trabalho dignas continua na Alexandre Herculano
- 10** STML reúne com a CML
- 14** Pelas Juntas de Freguesia
- 20** Médio Oriente: O genocídio em marcha



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 221 / JANEIRO-FEVEREIRO 2024

WWW.STML.PT

Director Nuno Almeida

Corpo Redactorial Luís Dias, Carlos Silva, José Cruz, Paula Correia, Paula Lourenço, Sandro Roque e Tiago Lopes

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Preço de capa 0,01€

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO

Campiférias

FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project

Editorial

O ano inicia-se com todo o folclore associado à pré-campanha eleitoral que terá no dia 10 de março o seu desfecho final. Porém, nesta fase, sublinha-se a carga de hipocrisia de partidos e candidatos que durante os últimos anos sempre impediram respostas aos problemas dos trabalhadores e das suas famílias, como o aumento **real** dos salários e pensões, i.e., acima da taxa de inflação; ou pelo controlo dos preços de serviços e bens essenciais, restringendo por esta via a especulação e a subida escandalosa dos preços; ou a revogação da “lei dos despejos” (‘Lei Cristas’, governo PSD/CDS-PP) que tantos dramas tem provocado no campo da habitação, ou ainda o investimento urgente no Serviço Nacional de Saúde (SNS), limitando o negócio que o setor privado alimenta com a saúde e a vida dos portugueses.

Na realidade da administração pública, são os mesmos que impediram a revogação do siadap, a identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido, o avanço nas condições de aposentação, na reposição das carreiras, ou no aumento do subsídio de almoço. Travaram a revisão dos suplementos, como o alargamento a mais setores de atividade do suplemento de insalubridade e penosidade, para além de aumentar os seus valores.

Em suma, nestes últimos anos, os que agora tudo prometem, não se escudaram em nenhum momento em travar a resposta a estas urgências, ou seja, **votando contra** as propostas que iam de encontro às reivindicações e expetativas dos trabalhadores. Para que a memória não nos falhe, os mesmos de sempre são o PS, PSD, IL e CH que, em conjunto ou em separado, de facto contribuíram para o agravamento das condições de vida de quem trabalha. Dizem agora, sem vergonha, uns e outros, que tudo irão resolver...E nós dizemos que só se deixará enganar quem quer.

Na realidade do município de Lisboa, o STML tem reunido com a CML, através do Gabinete de Vice-presidente e da DMRH, procurando consensualizar e obter respostas às reivindicações dos trabalhadores. Entre novembro e janeiro, vários foram os processos debatidos, muitos sem as respostas que defendemos. Se não houver vontade política que inverta este cenário, caberá ao Sindicato avaliar com os respetivos trabalhadores os caminhos que permitam alcançar os seus objetivos, sem descurar nesta intenção, a via judicial.

Das reuniões institucionais programadas, destaca-se a 17 de janeiro encontro com a Direção Municipal responsável pelos espaços verdes e cemitérios. No setor da higiene urbana, discute-se a 19 de janeiro as obras nas suas instalações com três direções municipais, sabendo que este setor em particular, muitos são os problemas que a autarquia se comprometeu por escrito a resolver, mas que persistem inaceitavelmente. Para 30 de janeiro, terá lugar nova reunião com o Vice-Presidente da CML.

Na realidade das juntas de freguesia, é incontornável referir a luta dos cantoneiros da Penha de França que decidiram **para 19 de fevereiro um dia de greve**, entre outras ações de luta. Em Arroios, Campolide, São Domingos de Benfca, Carnide, Olivais e Lumiar, decorrem os processos negociais, desta vez, com maior abertura dos respetivos Executivos. Em Alvalade, **celebra-se a 25 de janeiro um novo ACEP** que garante importantes direitos aos seus trabalhadores.

Nas empresas municipais, avaliar-se-á com os trabalhadores da EGEAC as respostas da administração sobre os aumentos salariais para 2024. Na GEBALIS, num processo mais avançado, decorre um abaixo-assinado criticando a postura do CA, que será entregue através de uma concentração à porta da empresa. No MARL e na SRU, o STML procurará no seio dos trabalhadores erguer a força necessário para obter respostas às suas expetativas.

Entramos num novo ano com confiança e determinação, sempre assente na força de quem trabalha.



Celebramos os 50 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974

— parte 1 de 6

O ano que agora se inicia será marcado inevitavelmente pelas referências aos 50 anos da Revolução de Abril. Também o STML, sindicato de Abril como muitas vezes afirmamos, não será exceção. Ao longo das seis edições deste Boletim, haverá uma página dedicada à Revolução que transformou o nosso país e a vida dos portugueses.

Não será despropositado deixar já bem evidente que não acompanhamos a vontade de alguns que, à conta dos 50 anos passados da Revolução, procuram apenas alimentar o folclore em torno deste número redondo, secundarizando as transformações que foram possíveis alcançar com o 25 de Abril de 1974. Outros, como os 'descendentes' do fascismo liderado por Salazar e Caetano, preferem valorizar as suas próprias versões dos acontecimentos de 1974 e anos seguintes, caracterizados pelo PREC¹, que em nada se relacionam com a verdade histórica. Falamos dos que aprofundam o revisionismo histórico, construindo factos à medida da sua vontade, por norma *a posteriori*, demasiadas vezes, se não sempre, sustentados em mentiras e falsificações grosseiras.

A Revolução do 25 de Abril de 1974 rompeu com 48 anos de ditadura, permitindo instaurar e alcançar um Regime de Direito Democrático, além de um conjunto muito vasto de direitos, liberdades e garantias no campo político, económico, social e cultural negados até aí. Enquadrados por uma nova Constituição da República Portuguesa (CRP), aprovada em 1976, abriu portas à construção de um novo país, com perspetivas reais para o seu

desenvolvimento e para a melhoria das condições de vida do povo português.

A Revolução do 25 de Abril também pôs termo à guerra no ultramar, que tantas vidas ceifou ao longo de mais de uma década (1961-1974). Para além dos milhares de mortos, entre portugueses e africanos, contam-se muitos mais estropiados e com sequelas para a vida. Famílias desfeitas e destruídas de todos os cantos do nosso país sofreram as consequências de uma guerra que apenas os arautos do fascismo defenderam.

A Democracia portuguesa alcançada em 1974, cumprindo em 2024 meio século de existência, revela ainda as suas imperfeições, ou não fosse uma jovem Democracia, inacabada nos seus propósitos fundadores e carente, hoje mais do que nunca, de quem a defenda intransigentemente! Defender a CRP, torna-se assim uma prioridade nos 50 anos da Revolução. Defender em especial os princípios constitucionais do Direito ao Trabalho com direitos, às funções sociais do Estado no campo da Saúde, da Educação, da Proteção e Segurança Social, da Habitação, da Justiça e da Cultura.

Defender a Revolução de 1974 não pode passar pela evocação sem conteúdo da marca temporal que agora atingimos, isto é, meio século depois... Defender a Revolução de 1974, relembrando e comemorando os 50 anos do 25 de Abril, deve ser acima de tudo o principal objetivo dos homens e mulheres do nosso país que se revêem nos valores, ideias e princípios que alavancaram a Revolução e permitiram instituir a Constituição da República, ainda hoje uma das mais progressistas do mundo ocidental.

¹ PREC – Processo Revolucionário Em Curso, comumente balizado entre o mês de abril de 1974 e abril de 1976.



A 10 de março levamos a luta ao voto!

Os trabalhadores, reformados e pensionistas, os jovens, bem como outras camadas da população, enfrentam graves dificuldades no seu dia-a-dia e as desigualdades acentuam-se em consequência da ausência de resposta aos graves problemas estruturais do País. É enorme o fosso entre a larga maioria, que luta diariamente para pagar as contas, a renda ou prestação ao banco e pôr comida na mesa, e uns poucos, que lucram cada vez mais com o aumento da exploração, do custo de vida e com as dificuldades impostas a quem trabalha e trabalhou.

A atual situação política decorrente da dissolução pelo Presidente da República da Assembleia da República e a convocação de eleições legislativas antecipadas para 10 de Março, invocando a necessidade de fazer aprovar um Orçamento do Estado que não serve os trabalhadores e o País, coloca aos trabalhadores a necessidade de intensificar a ação e intervenção em torno das suas justas reivindicações, no que diz respeito, nomeadamente, aos salários, às pensões, à saúde, à educação e à habitação.

No dia 10 de março, urge levar a luta ao voto! Exige-se acima de tudo, uma política alternativa que enfrente os interesses dos grandes grupos económicos e que rompa com o caminho de favorecimento desses mesmos interesses, que tem sido seguido pelo PS, com o apoio do PSD, CDS, CH e IL. As consequências destas opções políticas estão à vista de todos: enquanto os trabalhadores passam por dificuldades e se degradam os serviços públicos e as funções sociais do Estado, com particular destaque para a grave situação que se vive no plano da Habitação, mas também no estado em que se encontra o Serviço Nacional de Saúde (SNS), aumentam os lucros dos grandes grupos económicos, com destaque para a banca privada, sem esquecer as grandes distribuidoras na área da alimentação!

É urgente o aumento geral e significativo dos salários para todos os trabalhadores, em 15%, não inferior a 150€, como elemento fundamental para melhorar de imediato as condições de vida dos trabalhadores e garantir o futuro do País. É urgente em 2024 fixar o Salário Mínimo Nacional nos 1.000 euros!

Com a entrada na pré-campanha eleitoral, emergem com enorme cinismo e hipocrisia o rol de promessas dos mesmos que durante estes últimos anos, em vez de solucionar, agravaram a vida dos portugueses. Basta referir que sobre a famigerada “lei Cristas” do CDS, que liberalizou o mercado da habitação, conduzindo a milhares de despejos e à situação dramática com que muitas famílias portuguesas são confrontadas, tornou-se agora uma prioridade do PS, o mesmo que em 2021 e depois em 2022 se juntou ao PSD-CH-IL para chumbar as propostas que visavam essa mesma revogação. Não há de facto vergonha!

Contrariamente ao que se afirma nos principais órgãos de comunicação social, o que vai estar em jogo no dia 10 de Março, é a eleição de 230 deputados e não a escolha de um primeiro-ministro! O que urge também neste dia, é permitir que a Assembleia da República seja composta por mais deputados comprometidos com os interesses dos trabalhadores, cujos valores, ideias e projetos sejam inseparáveis das conquistas de Abril, o mesmo é dizer, comprometidos de facto com o desenvolvimento do país, alavancando melhores perspetivas para uma vida e um futuro dignos.

O resultado das eleições será o que os trabalhadores, os reformados e pensionistas, os homens, mulheres e jovens do nosso país quiserem para o seu futuro! Que ninguém se engane com as falsas palavras daqueles que dizem uma coisa e fazem outra na prática: quem se opôs à valorização real e geral dos salários e pensões? PS-PSD-CH-IL. Quem se opôs às inúmeras propostas que no Parlamento procuraram defender o SNS, o Direito constitucional à Habitação ou o Direito Universal à Edu-

cação? PS-PSD-CH-IL. Quem **não** permitiu defender os serviços públicos e os seus trabalhadores com mais investimento? PS-PSD-CH-IL. Quem sempre se opôs à regulamentação das profissões de degaste rápido, à revisão das condições de aposentação, à reposição das carreiras, à revogação do siadap, entre muitas outras reivindicações dos trabalhadores em funções públicas? Os mesmos de sempre: PS-PSD-CH-IL.

É altura de dizer BASTA! Dia 10 de março, levamos a luta ao voto, pelos nossos direitos e pelo nosso futuro e das nossas famílias!



STML entrega reivindicações dos trabalhadores nos Paços do Concelho

Durante os meses de outubro e novembro, o STML dinamizou dois **abaixo-assinados**, um mais localizado ao Complexo Municipal dos Olivais e, um segundo mais geral envolvendo todos os trabalhadores da autarquia. Ambos os abaixo-assinados foram entregues nos Paços do Concelho a 15 de dezembro.

O primeiro *abaixo-assinado* sintetiza uma reivindicação muito específica dos trabalhadores do Complexo Municipal dos Olivais que exigem a reposição de uma Caixa MB neste local de trabalho. Obteve, por sua parte, a concordância de **mais de trezentos e trinta trabalhadores**, ou seja, dois terços da realidade laboral deste Complexo Municipal.

Sobre o segundo *abaixo-assinado*, sublinha-se que no contexto laboral, a CML tem que respeitar os prazos de resposta às diferentes solicitações dos trabalhadores, como requerimentos (licenças, teletrabalho, férias, faltas, mobilidade, no âmbito de acidentes de trabalho ou doenças profissionais e outras situações), processamento de pedidos, esclarecimentos, reclamações ou recursos hierárquicos. Contudo, independentemente da finalidade, tem-se verificado que os prazos de resposta às solicitações revelam vários meses e, em algumas situações, chega a demorar vários anos, no essencial revelando uma ausência de resposta em tempo útil, o que é absolutamente inconcebível, acabando por gerar nos trabalhadores um sentimento de desamparo e desvalorização, além do impacto que muitas vezes estas faltas de resposta tem na sua saúde e na organização da sua vida profissional, pessoal e familiar.

Como propostas que procuram ultrapassar o que tem sido o mau funcionamento e a morosidade dos recursos humanos da autarquia, propõe-se ao Presidente da CML que assuma **decisões e**

orientações concretas que permitam garantir aos trabalhadores o seu direito a resposta por parte dos vários serviços sob alçada da Direção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH), nomeadamente **na resposta em tempo útil a todos os pedidos-requerimentos, independentemente do assunto; na disponibilização de um contacto com a DMRH (telefone e presencial) para esclarecimento de dúvidas; e em termos do reforço de trabalhadores de todas as carreiras/categorias nas várias unidades orgânicas da DMRH.**

Este abaixo-assinado recolheu a concordância de mais de **mil trabalhadores**, meta mínima de assinaturas estabelecida, consequentemente alcançada pelo STML.

Os Dirigentes e Delegados Sindicais do STML, presentes na Praça do Município neste dia (15.dez), entregaram aos responsáveis da CML, por intermédio do assessor do Vice-Presidente, ambos os documentos que reivindicam respostas e soluções aos problemas supramencionados.

Aguardaremos agora que o Presidente da CML, sempre disponível, em teoria, para resolver os problemas que afetam os trabalhadores do município assuma as respetivas decisões políticas que se exigem no menor espaço de tempo possível.

O Sindicato continuará a acompanhar estas reivindicações, sabendo que muitos outros processos reivindicativos conduzidos até à Praça do Município nos últimos meses, apesar das palavras 'reconfortantes' em alguns momentos por parte do Presidente Carlos Moedas, continuam à espera de uma resposta, como o que envolve os trabalhadores-fiscais municipais, os trabalhadores-eletricistas, os trabalhadores da Limpeza e Higiene Urbana, ou dos trabalhadores da Rede de Bibliotecas, entre outros.



Pela realidade da

Em novembro do ano passado (a 30.nov), o STML endereçou ao Vice-Presidente da CML uma *exposição* sobre alguns pontos do **acordo** celebrado em junho entre o STML/STAL e a CML, que estavam em risco de incumprimento perante os prazos definidos.

Transcrevemos aqui o conteúdo dessa exposição. Neste sentido, “Tendo decorrido cerca de cinco meses desde a assinatura do Acordo relativamente ao Caderno Reivindicativo da Higiene Urbana, em que participaram a CML, o STML e o STAL, vimos pelo presente chamar a atenção para alguns dos pontos do referido Acordo que, em nosso entender, podem estar na eminência de incumprimento, total ou parcial, o que não será certamente o desejado por todas as partes envolvidas na construção do Acordo.

Sem deixar de reconhecer, desde já, pelo STML e STAL, que em vários pontos o cumprimento do Acordo decorre com a normalidade esperada, existem ainda algumas matérias acordadas que tardam ou não estão mesmo a ser cumpridas, para os quais chamamos a sua atenção, nomeadamente:

Ponto 2

Melhorar as condições de trabalho no campo da manutenção e conservação do edificado, com a realização das obras de manutenção corretiva do edificado da DMHU no valor de 500 mil euros...

Constituir um grupo de acompanhamento das obras com elementos do STML, STAL, DMMC, DMHU e DMRH que realizará reuniões periódicas de acompanhamento.

Sobre este ponto, entendendo que o número de intervenções é substancial, entre as quais, algumas com um grau de complexidade elevado, ou seja de natureza estrutural, constata-se que mesmo as intervenções de menor dificuldade apontadas

no Acordo estão ainda por executar, além de continuarmos a aguardar pela constituição do grupo de acompanhamento das respetivas intervenções ou obras.

Ponto 3

A abertura de bares nas Unidades de Higiene Urbana de Telheiras, Belém (Restelo), Filipe da Mata, Valssassina e Olivais, para toma de refeições ligeiras até ao final de 2023.

Até ao momento apenas está em funcionamento o bar da Unidade de Higiene Urbana de Telheiras e apenas no período noturno.

Ponto 12

A CML não aceita nem admite quaisquer tipos de castigos, pressão indevida, repressão pelo exercício das liberdades sindicais ou assédio moral infligidos aos seus trabalhadores, incentivando a participação por escrito de quaisquer situações que sejam identificadas como tal para serem acionados os devidos procedimentos.

Ainda surgem pontualmente relatos de episódios que apontam o condicionamento da prestação de trabalho suplementar e de “ameaças” de alteração de horários, como consequência da melhor ou pior “boa vontade” dos trabalhadores. Como sempre afirmamos, quando algum trabalhador recaia em alguma situação de incumprimento, ou infração, deverão ser acionados os mecanismos legais, de inquérito ou disciplinares, podendo assim o trabalhador dispor do direito de defesa.



Limpeza Urbana...

Ponto 13

O trabalhador acidentado só regressa ao serviço desde que tenha funções compatíveis com as limitações identificadas na ficha de aptidão. As situações que suscitem dúvidas nesta matéria deverão ser esclarecidas em reuniões mensais que já estão a decorrer desde o início deste ano entre a DHU/DLU e o DSHS, podendo ser reavaliadas a pedido do trabalhador e ou da chefia/dirigentes.

Sendo este um ponto bastante crítico em termos de incumprimento, porque tem implicações diretas na saúde, física e mental, dos trabalhadores e na sua relação do trabalhador acidentado, quer com as chefias, quer com os colegas de trabalho, infelizmente ainda se verifica a prática que revela situações de trabalhadores que são dados como aptos condicionalmente para o trabalho, pelo médico da Medicina do Trabalho, mas têm um nível de condicionamento de tal ordem, que não lhes podem ser atribuídas tarefas pelo serviço, ficando a cumprir o respetivo horário no local de trabalho.

Sublinhando que a assinatura deste Acordo teve como pilar fundamental a seriedade, a confiança e a boa-fé entre todas as partes intervenientes, solicitamos que a CML assuma, por intermédio do Exmo. Sr. Vice-Presidente, as medidas necessárias que permitam de facto respeitar e materializar o acordado em junho deste ano.”

Um dos maiores problemas que afetam os trabalhadores deste setor de atividade prende-se com as más condições das instalações da higiene urbana. No momento em que escrevemos este artigo, está agendada para **19 de janeiro** uma reunião entre o STML e a Direção Municipal de Higiene Urbana (DMHU), a Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH) e a Direção Municipal de Manutenção e Conservação (DMMC), que procurará aprofundar os problemas, prioridades e respostas nesta dimensão.

Estes e outros assuntos serão alvo de discussão nos plenários que o Sindicato prepara para fevereiro com os trabalhadores da limpeza e higiene urbana.

Reuniões do GT STML/DLU sobre os Circuitos de Remoção

Do acordo alcançado em junho de 2023 com a CML resultou a constituição de um grupo de trabalho (GT) entre o STML e a DLU para avaliar e corrigir os circuitos de remoção que, por razões várias, geram críticas dos trabalhadores. As reuniões deste GT iniciaram-se em outubro (31.out), tendo-se repetido em novembro (29.nov) e em janeiro (10.jan). A próxima reunião está agendada para 28 de fevereiro. Os circuitos identificados e abordados até agora foram: 204, 207, 212, 213, 305, 306, IBIS1, IBIS2, 406, 411, 502, 513, 701, 702, 710, 712, 813 e 817; 104, 106, V1303 (vidro), volta de apoio (Boavista-tarde), 504 e 511. Até agora, a avaliação do STML sobre as decisões que a DLU deve implementar, correspondendo às expectativas dos trabalhadores, têm sido insuficientes, quer em termos de conteúdo, mas também na celeridade que algumas correções podem e devem ter. A persistir esta crítica, terá o STML que avaliar outras soluções que, no essencial, permitam salvaguardar os direitos dos cantoneiros e condutores da limpeza e higiene urbana.



Sindicato intervém junto da CML em defesa dos Sapadores Bombeiros

O fim do ano passado foi marcado pelas iniciativas do STML junto da CML propondo solucionar e obter respostas aos problemas dos bombeiros, sejam eles transversais ou mais localizados. Neste sentido, a 30 de novembro teve lugar uma reunião com o Vereador Ângelo Pereira, responsável político pelo RSB, onde marcaram também presença o Comando do Regimento e a Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH).

Sobre os assuntos debatidos, destacamos o pagamento devido à escola de recruta do ano de 2022, concretamente os dois últimos meses de exercício de função, os quais excederem o prazo estipulado de um (1) ano de formação obrigatória, devendo estes profissionais serem integralmente remunerados como sapadores bombeiros e não como estagiários. Este pagamento, segundo a DMRH, será efetuado em fins de janeiro, contrariando o compromisso inicial que apontava o fim de dezembro.

Outros tópicos mereceram a intervenção do STML, como as condições dos Quartéis do RSB, com especial enfoque no Quartel de Benfica (ver caixa em baixo), que revelam problemas vários a nível das condições de trabalho e de habitabilidade. Muitos equipamentos carecem de obras e noutros, onde já houve lugar a algum tipo de intervenção, as obras não têm sido as mais adequadas.

Por outro lado, criticou-se a morosidade incompreensível do concurso de promoção para a categoria de Subchefe de 1.ª Classe, considerando terem passado cerca de 18 meses sem estar ainda concluída a fase da admissão ao curso. Da parte da CML, assumiu-se que até ao final de janeiro sairá a data para o teste de admissão ao curso.

Sobre os problemas em torno da carência de Fardamento e Equipamento de Proteção Individual (EPI), a CML informou que está em trâmite um concurso para a aquisição de três mil fardas. Relativamente aos EPI, lembrou o STML que os mesmos **não** dão garantias de segurança em contexto de incêndio, referindo a autarquia que para 2025, preparam a substituição de todos os EPIs.

O STML exigiu ainda a alteração da NEP sobre Formação Profissional. Mais uma vez, o Sindicato contestou a decisão do Comando do RSB em obrigar os bombeiros a realizar formação

profissional em períodos de descanso sem a devida compensação. Sublinhou-se assim que a CML ou paga as horas extraordinárias que estes realizam no âmbito das formações, ou respeitam os períodos de descanso dos trabalhadores. Face ao exposto, o Comando do RSB assumiu a alteração da NEP em causa.

Urge uma resposta da CML para os problemas do Quartel de Benfica!

Há muito que o STML tem denunciado as péssimas condições de habitabilidade, conforto e segurança em que este Quartel se encontra. Por várias vezes, colocou estes problemas aos responsáveis políticos da autarquia e ao Comando. Problemas que afetam e acarretam um sério risco para a saúde e integridade física dos bombeiros e demais trabalhadores que ali se encontram, condicionando os bons expedientes no que ao serviço interno e de socorro dizem respeito.

Perante a postura algo displicente da CML em acelerar a resolução destes problemas, e depois de uma visita a 9 de novembro da Área de Trabalho para a Saúde e Segurança do Sindicato, o STML apresentou uma denúncia junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT). Também junto da comunicação social, o STML fez chegar a informação-denúncia sobre as condições precárias que se vivem neste Quartel. Em ambos os casos, resultaram visitas a este local de trabalho, tendo a ACT feito uma inspeção a 18 de dezembro.

Como afirmámos, o STML aguardará o parecer desta entidade (ACT), esperando que seja coerente com a realidade que se conhece e, mais importante, vá de encontro às expectativas e preocupações dos trabalhadores, acelerando a resolução dos problemas conhecidos. Contudo, se o caminho apontado pela CML no imediato não passar pela sua resolução urgente, o STML avançará com todas as formas de denúncia, luta e protesto que visem a salvaguarda dos direitos dos Sapadores Bombeiros, mas também da população de Lisboa a um *socorro* de qualidade e eficaz, enquanto realidades que não se compreendem separadamente.



A 11 de janeiro concentraram-se em força no átrio de entrada deste edifício.

Trabalhadores do Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano não baixam os braços na luta por condições de trabalho dignas!

Há muito que os trabalhadores instalados no edifício municipal da Rua Alexandre Herculano exigem respostas à CML sobre os graves problemas com que se confrontam diariamente em termos das suas condições de trabalho. Desde o problema da mobilidade inter pisos motivado pelas sucessivas avarias, em simultâneo ou alternadas, dos dois elevadores existentes, às deficiências em torno do isolamento térmico e acústico, à climatização limitada ou mesmo inexistente em vários postos de trabalho (pisos e/ou salas), muitas têm sido as razões que justificam o profundo descontentamento de quem trabalha neste edifício municipal.

Em fevereiro de 2023 foi inclusive entregue nos Paços do Concelho um abaixo-assinado dirigido ao Presidente da CML, com mais de 130 assinaturas, onde se enumeraram os problemas com as condições térmicas e acústicas do edifício, além de manifestar o enorme desagrado com a má qualidade das caixilharias do edifício, deixando os trabalhadores do edifício expostos a valores excessivos de ruído e de valores extremos de temperaturas durante todo o ano. Exigiu-se então uma intervenção urgente de modo a melhorar as condições de saúde e de vida dos trabalhadores. Contudo, passado quase um ano, os únicos compromissos assumidos pela CML com o STML, por intermédio do Gabinete do Vice-Presidente da autarquia, foi que a obra estaria em processo de adjudicação via Direção Municipal de Manutenção e Conservação (DMMC), sem apresentar prazos de execução ou perspectivas reais de resolução face aos problemas apontados.

Depois das altas temperaturas do verão, somam-se agora as baixas temperaturas normais da época de inverno, além dos transtornos com o ruído que as obras no edifício em frente provocam. A CML parece ter esquecido os compromissos que assu-

miu com os trabalhadores e com o Sindicato no propósito de corrigir e melhorar com a máxima celeridade os atuais condições de trabalho de quem labora no Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano.

Ora, neste cenário, os trabalhadores decidiram com o seu Sindicato, o STML, realizar a 11 de janeiro uma ação de denúncia e protesto, junto à entrada deste local de trabalho.

Os problemas que se vivem no Edifício da Rua Alexandre Herculano são em muito idênticos aos que se constata em muitas outras instalações municipais, resultado da política quase inexistente em termos da manutenção e conservação do edificado municipal, logicamente com impactos mais nefastos para os trabalhadores e munícipes nos locais onde estão instalados importantes serviços públicos da cidade de Lisboa.

Ao Executivo da CML exigem-se respostas urgentes que permitam salvaguardar as condições de trabalho de quem presta um serviço inestimável à cidade e à sua população. Só respeitando os direitos dos trabalhadores se garante um serviço público municipal de qualidade.

Desta concentração, resultou a marcação para **8 de fevereiro** de um plenário com todos os trabalhadores do Edifício onde se avaliará as respostas da CML e os caminhos que podem ser assumidos visando a defesa dos seus direitos e expetativas.

STML reúne com



Entre novembro e janeiro, o STML reuniu com o Gabinete do Vice-Presidente e a Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH), num processo negocial ainda inacabado.

O que podemos sintetizar até agora?

A 6 de novembro de 2023, o STML reuniu com o Vice-Presidente da autarquia para conhecer as opções políticas do Executivo em torno do Mapa de Pessoal e Orçamento para 2024. Nessa reunião, o Sindicato referiu a importância em calendarizar novas reuniões, considerando haver um conjunto de processos aos quais os trabalhadores da CML, dos mais variados setores de atividade, aguardam resposta. Desta proposta, resultaram reuniões a 15 de novembro e a 4 de janeiro com o Gabinete do Vice-Presidente (por intermédio do seu assessor) e com a DMRH.

Sobre o processo negocial sobre os **horários de trabalho na Rede de Bibliotecas**, afirmam-se os atrasos da parte da Direção Municipal da Cultura (DMC) em fazer chegar à DMRH a *proposta* que depois deverá ser enviada ao STML que, por sua vez, a discutirá com os respetivos trabalhadores. Constatamos assim, que os prazos apontados pelo Vereador da Cultura a 2 de novembro último foram simplesmente ignorados. Sobre o processo envolvendo os **horários de trabalho do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)**, irão enviar a proposta que enquadra a pretensão dos trabalhadores ainda este mês (rececionada no sindicato a 15.01.24). Sobre a proposta enviada pelo STML em torno dos **horários de trabalho do SCIP**, serviço integrado na Divisão de Limpeza Urbana, já a reencaminharam para o respetivo Departamento (DHU) para auscultação.

Sobre o **ciclo 2021-2022 de avaliação de desempenho (SIA-DAP)**, admite a DMRH atrasos na sua conclusão, apontando o fim de fevereiro-inícios de março como prazo final. Refere que todos os trabalhadores que tenham 10 pontos e deveriam progredir em janeiro de 2023 terão os seus retroativos. Para 2024, trabalham para que o “acelerador” (subida de posição com 6 pontos) aconteça o quanto antes, admitindo tratar-se um universo reduzido de trabalhadores.

Sobre a valorização da categoria de **Assistente Operacional com mais de 30 anos de serviço**, a DMRH refere já ter resolvido a situação de cerca de 550 trabalhadores. Porém, deixou de fora 150 trabalhadores, com argumentos que o STML discorda total-

mente. Neste sentido, o Sindicato irá avaliar com os trabalhadores em causa, nomeadamente os seus associados, as soluções que poderão ser adotadas visando a defesa dos seus direitos. A via judicial será seguramente uma forte possibilidade.

Sobre a **atribuição do Suplemento de Insalubridade e Penosidade (SIP)** aos trabalhadores que por diversos motivos foram incompreensivelmente excluídos, a DMRH argumenta impossibilidades que, na ótica do STML, revelam alguma falta de compreensão e vontade em solucionar casos gritantes de injustiça. Com os trabalhadores envolvidos, o Sindicato irá debater os caminhos necessários, incluindo a luta organizada, procurando, em suma, erguer a força suficiente que lhes permita garantir o respeito pelos seus direitos e expectativas, caso a CML não assuma politicamente a satisfação das suas reivindicações, sobressaindo o caso concreto dos trabalhadores-eletricistas.

No campo da atribuição dos **três (3) dias de férias, possíveis pelo Acordo Coletivo de Empregador Público (ACEP) celebrado em 2019**, afirmou a DMRH que iria emitir orientações a todas as chefias do município (diretores municipais, diretores de departamento e chefes de divisão) para que permitissem o gozo efetivo destes dias de férias aos respetivos trabalhadores. Esta ‘orientação’ foi de facto transmitida a 11 de dezembro. Contudo, o STML lamenta profundamente que esta decisão não tenha sido assumida no início do ano, antecipando o que são os prazos legais para a marcação de férias dos trabalhadores (até fim do mês de março de cada ano). Os atrasos que se verificaram em 2023 são da exclusiva responsabilidade da DMRH, avaliando neste momento o Sindicato os mecanismos que poderão ser adotados de forma a evitar estes tristes episódios que, no essencial, desrespeitam grosseiramente o ACEP celebrado com o STML e, com isso, os direitos dos trabalhadores da autarquia.

Sobre o **reposicionamento na Tabela Remuneratória Única (TRU) dos Fiscais Municipais**, que inclusive deu azo à entrega ao Presidente da CML de uma *exposição-subscrição* nos Paços do Concelho a 25 de outubro último, a DMRH mantém a sua posição de **não resolução**. O Sindicato irá questionar o Executivo, lembrado o afirmado pelo Presidente Carlos Moedas nesse mês de outubro perante os trabalhadores da Carreira Especial de Fiscalização. Paralelamente, avalia o STML uma denúncia junto da Provedoria da Justiça.

a CML



Sobre o **esvaziamento de funções dos assistentes técnicos afetos à Polícia Municipal**, afirma a DMRH que os trabalhadores serão colocados em mobilidade no sentido de integrarem a Carreira Especial de Fiscalização, ultrapassando assim o problema criado há uns meses.

No plano dos **procedimentos** a adotar que enquadram a decisão já assumida (em nov.23) da **CML suportar os custos com o pagamento às Ordens Profissionais**, a DMRH irá emitir uma *newsletter* com a informação detalhada. Em suma, os trabalhadores em questão terão que suportar num primeiro momento estes pagamentos, sendo depois reembolsados pela CML, através da respetiva Direção Municipal, ou seja, da orgânica em que estão inseridos. Terão, naturalmente, que entregar os comprovativos de pagamento.

Sobre os **problemas de estacionamento** que têm preocupado os trabalhadores do período diurno afetos ao **Complexo Municipal dos Olivais**, a DMRH, em conjunto com outras direções municipais, avaliam possibilidades de resolução.

No campo da **Medicina do Trabalho**, sob alçada do Departamento de Saúde, Higiene e Segurança (DSHS), se o Sindicato e a DMRH sintonizam em teoria, divergem profundamente na prática. Ou seja, a realidade diária dos trabalhadores da autarquia que por motivos vários têm que interagir com a Medicina do Trabalho, é marcada por atropelos sucessivos, desconsiderações incompreensíveis que resultam em decisões (médicas e não só) a todos os níveis criticáveis, além de uma progressiva e negativa desumanização dos procedimentos burocráticos que envolvem o contacto, acompanhamento e ligação ao DSHS/Medicina do Trabalho. Realidade que justifica para o STML questionar o Executivo municipal sobre as suas opções políticas, prioridades e orientações sobre a Medicina do Trabalho.


Sobre as **más condições de trabalho associadas à falta de manutenção e conservação de muitas instalações e edifícios do município, destacando o caso do Edifício da Rua Alexandre Herculano**, da parte do Gabinete do Vice-Presidente afirmou-se, a 15.nov, que a Direção Municipal de Manutenção e Conservação (DMMC) está em vias de adjudicar a empreitada que irá corrigir e solucionar os problemas conhecidos. Contudo, a 4.jan, repetiu-se a mesma informação, sem apontar prazos efetivos para as obras que se revelam urgentes. Ora, o STML lembrou que em feverei-

ro de 2023 os trabalhadores entregaram um abaixo-assinado nos Paços do Concelho sobre estes problemas, sendo incompreensível que ao fim de quase um ano, tudo esteja na mesma.

Por último, nestas reuniões, o STML defendeu uma proposta para que a CML atribua a todos os seus trabalhadores o **Passe Social de Transporte**. Tratando-se um encargo que a DMRH já estimou nos 3.5-4.0 milhões de euros por ano, afirma que só o Executivo pode avaliar e decidir politicamente sobre esta possibilidade. O STML lembrou que a CML, desde janeiro deste ano, deixou de suportar os encargos com as despesas relacionadas com a ADSE (+/- 5 milhões de euros por ano), pelo que tem agora margem de manobra para assumir positivamente esta reivindicação do sindicato e de muitos milhares de trabalhadores do município.

Como se depreende do exposto neste artigo-síntese do debatido com a DMRH durante novembro a inícios de janeiro, existem matérias que só o Executivo liderado por Carlos Moedas pode solucionar, através da respetiva decisão política. Temas como a valorização dos assistentes operacionais com mais de 30 anos de serviço; a atribuição do Suplemento de Insalubridade e Penosidade (SIP); o reposicionamento na Tabela Remuneratória Única (TRU) dos Fiscais Municipais; o mau funcionamento da Medicina do Trabalho; a falta de manutenção e conservação de muitas instalações e edifícios do município; ou a atribuição do Passe Social de Transporte, serão agora alvo de negociação com o poder político da cidade. Neste sentido, está agendada para **30 de janeiro** uma nova reunião com o Vice-Presidente da CML, da qual o STML, em tempo oportuno, dará informação detalhada aos trabalhadores do município.

Em termos mais gerais, mas nunca indissociável dos assuntos enumerados neste artigo, o STML prepara-se para desencadear junto do Presidente da CML **um novo processo negocial visando a revisão do ACEP celebrado em 2019**. Passados cinco anos, há muito que pode ser melhorado através da *Contratação Coletiva, havendo vontade política nesse sentido. O compromisso do Sindicato será sempre o de trabalhar para melhorar os direitos e com isso as condições de vida dos trabalhadores que legitimamente representa.*



STML discute o Caderno Reivindicativo dos trabalhadores das Oficinas do DRMM com os seus responsáveis hierárquicos

A 18 de dezembro, realizou-se uma reunião entre o STML e os responsáveis pela Direção Municipal de Higiene Urbana (DMHU) e do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM). Também presentes, outras chefias do DRMM e do Departamento de Saúde e Higiene e Segurança (DSHS). O principal objetivo desta reunião passou pela discussão sobre o Caderno Reivindicativo dos trabalhadores das Oficinas entregue ao Presidente da CML em 2022.

Sobre a contratação e reforço de pessoal, o STML referiu a necessidade de profissionais face ao volume de trabalho existente, além de acautelar as saídas por aposentação, entre outros motivos, que se preveem a curto-médio prazo. Interessa, acima de tudo, garantir a transmissão de conhecimentos entre os trabalhadores mais experientes e os mais novos. A DMHU/DRMM sinalizou a dificuldade com que se deparou nos últimos concursos de admissão, em que não se conseguiram preencher todas as vagas disponíveis. Afirmou ainda, que têm privilegiado o reforço de pessoal através de trabalhadores provenientes de outros concursos, nomeadamente de cantoneiros e instituições de formação profissional (CENFIM e CEPRA) ou através dos protocolos que a CML tem celebrado. Reconhece, porém, ser ainda insuficiente. Por outro lado, informou ainda que estão a decorrer os concursos de promoção para Encarregados Operacionais (EO) e Encarregados Gerais Operacionais (EGO).

O STML lembrou também a importância da formação profissional, principalmente neste sector em que a evolução tecnológica é uma realidade diária. É essencial, deste modo, que os trabalhadores consigam acompanhar esta evolução. O DRMM informou que em 2023, já foi administrada formação a alguns trabalhadores e que está a trabalhar no sentido de intensificar as ações de específicas, assumindo o compromisso de enviar brevemente o plano de ações a desenvolver para 2024.

O STML alertou para a falta de regularidade e atrasos nas consultas de medicina ocupacional. O DSHS referiu a dificuldade de contratar médicos do trabalho. Neste momento, avalia para

2024, a celebração de um protocolo com a Sociedade Portuguesa de Medicina do Trabalho que vise identificar a CML como local de trabalho idóneo para a formação de médicos de trabalho. Estas medidas, poderão ajudar a alicerçar as respostas que o sindicato e os trabalhadores exigem, nomeadamente na realização de consultas regulares.

Por outro lado, o STML defendeu, uma vez mais, o princípio que um trabalhador acidentado só deve regressar ao local de trabalho quando estiver totalmente apto para o serviço. O Diretor do DRMM referiu concordar com este princípio, afirmando que sempre que um trabalhador apresenta um quadro de limitações que não lhe permite desenvolver as suas funções, é articulado com o DSHS a sua reavaliação.

O DRMM e o DSHS informaram que estão a ser implementadas medidas de controlo para uma melhor gestão das caixas de primeiros-socorros, afirmando que o Posto Médico está a funcionar neste momento de segunda a quinta-feira com um médico e um enfermeiro.

Sobre as condições de trabalho o DRMM informou que foram assumidas medidas para a melhoria da limpeza das instalações e viaturas. Contudo, o STML apontou a persistência de alguns problemas. O sindicato questionou ainda sobre o ponto de situação da distribuição de fardamento e EPI's ao que o DRMM informou que neste momento existem ambos e que estão todos disponíveis para levantamento.

Sobre as instalações, informou o DRMM que as obras de conservação geral das oficinas está sob a responsabilidade da Direção Municipal de Manutenção e Conservação (DMMC), existindo um projeto nesse sentido. Esperam avançar com o lançamento de uma empreitada de cerca de 800 mil euros, ao que soma mais 500 mil para a reparação do piso abatido. Sobre o sistema de ventilação, afirmou que está em funcionamento, mas falta neste momento fazer o contrato de manutenção e limpeza de filtros. Informou ainda, que o plano de emergência está a ser atualizado e que as centrais de deteção de incêndio estão a ser interligadas.



Arquivo Municipal de Lisboa e o drama do seu Gabinete de Digitalização

“Um problema com dois males” poderá ser a melhor forma de definir os problemas inerentes à inoperacionalidade, desde julho do ano passado, do sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) do núcleo do Bairro da Liberdade do Arquivo Municipal de Lisboa (AML).

Se nas edições anteriores do presente Boletim foram expressas as dificuldades de trabalhar sobre elevadas temperaturas (que resultam num quadro ambiental pouco favorável à saúde dos trabalhadores); hoje, a mesma avaria do sistema AVAC torna a afligir os trabalhadores, mas no seu extremo oposto, isto é, agora pelas baixas temperaturas. Assim, casacos, cachecóis, gorros e luvas podem ser vistos na indumentária dos trabalhadores que têm o seu posto de trabalho nesta sala.

Conhecendo o STML a origem da demora da reparação deste equipamento, não poderá deixar de, mais uma vez, voltar a apontar o dedo à política de externalização das competências de manutenção do edificado municipal. Ao ser entregue a empresas privadas torna as intervenções urgente reféns dos complexos e demorados processos concursais.

Mas ainda uma outra situação ocorre nos mesmos meandros da contratação de serviços. Assim, se no último número do presente Boletim abordava-se a falência por falta de manutenção de cerca de 50% das máquinas do Gabinete de Digitalização, longo do mês de dezembro esta percentagem aumentou para os 100%, provocando a paralisação total do referido Gabinete. Foi assim criada a impossibilidade da resposta a munícipes, mas também aos inúmeros serviços da CML e entidades externas que fazem uso deste serviço.

Desconhecendo as razões, sabe-se unicamente que o DSI terá optado por não renovar, desde há dois anos a esta parte, o contrato de manutenção com a empresa que terá criado, implementado e gerido o sistema de digitalização no AML durante os últimos quinze anos. Contudo, face à necessidade incontornável de operacionalizar quanto antes este sistema, o serviço responsável pela informática terá disponibilizado outros

equipamentos de digitalização (de origem desconhecida), que logo nos primeiros momentos de teste revelaram não conseguir assegurar inúmeros requisitos de qualidade e de eficiência e que eram possíveis com o anterior sistema.

Mas como diz o ditado “ano novo, vida nova”. Agora parece que o DSI terá reavaliado o compromisso quebrado, e na segunda semana de janeiro, algumas das máquinas foram reparadas por aqueles com quem a CML parecia querer cortar relações de forma definitiva. Recorde-se que, quer anteriormente, quer durante a decisão de não renovação, a CML terá pedido por duas vezes auditorias a entidades externas a fim de determinar qual o procedimento mais adequado de implementação e manutenção do sistema de digitalização, concluindo as mesmas, dentro do que os trabalhadores sabem, pela defesa da continuação do modelo que vigorou durante os referidos quinze anos. Desta forma, não se compreende todos estes falsos avanços e inúmeros recuos que só prejudicaram o serviço público e os munícipes e entidades várias que a ele têm de recorrer.

Não se conhecendo o que terá sido acordado para efetivar esta intervenção repentina, ou mesmo o que irá decorrer em termos de contratos de manutenção no futuro, o que se poderá ter para já como certo é que o STML não irá descansar enquanto o Gabinete de Digitalização não for reerguido, mantendo a sua eficiência e qualidade enquanto serviço público gerido diretamente pela CML, em particular pelo Arquivo Municipal de Lisboa. Também não deixaremos de criticar e combater qualquer prática que conduza à sua externalização.



PENHA DE FRANÇA

A luta dos trabalhadores não desarma. Relembramos que a 9 de novembro, os trabalhadores concentraram-se à porta da Sede da Junta onde entregaram um abaixo-assinado exigindo o respeito pelo ACEP em vigor no que concerne a atribuição de um dia de descanso compensatório (folga) pelo trabalho realizado em dia-feriado; o pagamento do suplemento de insalubridade e penosidade (SIP) durante 12 meses, ou seja, incluindo o período de férias e a abertura de concurso público para regularizar a situação laboral dos dez (10) trabalhadores que hoje têm um vínculo precário, apesar de ocuparem um posto de trabalho de caráter permanente.

Desta iniciativa, resultou uma reunião com a Presidente da Junta a 27 de novembro, tendo afirmado que até junho de 2024, irá abrir um concurso público propositando a regularização dos trabalhadores a recibos-verdes. Em relação às outras duas matérias, comprometeu-se em dar uma resposta até 7 de dezembro. Porém, chegados a esta data, o Sindicato recebeu uma comunicação negativa. Perante a postura incompreensível dos responsáveis políticos da Junta, o caminho da luta ergueu-se com a imensa maioria dos cantoneiros a 13 de dezembro, através de uma manifestação pelas principais artérias da freguesia. A 20 de dezembro, o STML interveio na Assembleia de Freguesia onde, uma vez mais, sublinhou as suas reivindicações. Como então afirmámos, não se trata de uma questão legal, mas antes de uma vontade política que neste momento prefere secundarizar os interesses dos trabalhadores do que defender os seus direitos e expectativas.

Foi neste cenário, que o STML voltou a reunir com os trabalhadores a 11 de janeiro. Deste plenário emergiu uma determinação inabalável da imensa maioria que decidiu para **19 de fevereiro um dia de greve!** Outras iniciativas foram alinhavadas que terão como objetivo principal denunciar publicamente a postura inaceitável do Executivo PS/LIVRE. A luta não irá parar!

CAMPO DE OURIQUE

A 30 de novembro, teve lugar uma reunião com o Executivo. Sobre a revisão e reequilíbrio dos setores de limpeza, afirmou o Presidente que aguardavam pela entrada de três (3) novos trabalhadores para a higiene urbana que facilitará a correção em, pelo menos, seis setores, além de reajustes em mais dois. A Junta acrescentou ainda que nos setores e zonas da freguesia com maior queda de folhas, a organização do trabalho pelos respetivos encarregados deve prever o reforço de meios mecânicos e humanos de forma a minimizar a sobrecarga de trabalho que se associa nestas situações. Considerando a necessidade de reforço da equipa da limpeza urbana, acrescentou que em inícios de 2024, preveem abrir novo concurso, desta vez com reserva de recrutamento, para preencher a totalidade de vagas no mapa de pessoal. Sobre o SIP em 12 meses, afirmou o Presidente estarem reunidas as condições para suportar o seu pagamento durante o período de férias, já a partir de 2024, considerando os retroativos a 2023. (Este pagamento foi já assumido no recibo de vencimento de dezembro.) O STML saúda esta decisão, tendo proposto que a regulamentação do SIP possa ser enquadrada em sede de ACEP, proposta entretanto enviada pelo Sindicato, defendendo-se ainda a retroatividade ao ano de 2021, que ficou de ser analisada pelo Executivo.

SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Para os trabalhadores desta freguesia, o que interessa de facto é garantirem estabilidade na sua vida, concretamente aqueles que hoje têm um contrato de trabalho precário (+/- 7-8 cantoneiros). O STML não deixará de definir como sua linha prioritária de ação para os próximos meses, a reivindicação pela abertura de um concurso público que permita a regularização laboral destes trabalhadores. Por outro lado, mantém-se o Sindicato à espera por uma reunião que permita avançar e concluir o processo negocial que prioriza celebrar um novo ACEP, com mais e melhores direitos para os trabalhadores, destacando a atribuição de 3 dias de férias pela avaliação de desempenho, a atribuição do descanso compensatório (folga) pelo trabalho em dia-feriado, o pagamento dos suplementos de caráter permanente (noturno e SIP) durante 12 meses, ou seja, incluindo o período de férias. Com os trabalhadores, o sindicato reunirá a 18 de janeiro, procurando avaliar os melhores caminhos à defesa dos seus direitos e expectativas.

ARROIOS

Realizou-se a 4 de dezembro uma reunião com o Executivo. A Junta informou que ainda está em análise a proposta de alteração ao ACEP enviada pelo sindicato sobre o pagamento em férias do SIP. Sobre os Regulamentos *de Fardamento e EPI e de Utilização das Viaturas*, o STML fez chegar os respetivos pareceres. O STML chamou ainda a atenção para a correção do número de dias de férias de 2022 relativos à avaliação de desempenho, garantindo que todos os trabalhadores com avaliação positiva tenham efetivamente 3 dias atribuídos. A Presidente informou que, apesar de ter havido problemas na contratação da empreitada para o posto do Largo do Mastro, o processo está concluído e em breve começarão as obras. Informou também que tem insistido junto da CML para que seja reforçada a intervenção do serviço de controlo de pragas neste local. Por fim, a Junta referiu estar a divulgar junto dos trabalhadores, as ações de formação da CML, além desenvolver esforços no sentido de disponibilizar vacinas gratuitas da gripe e da covid-19.

CAMPOLIDE

O STML reuniu a 22 de dezembro com o Executivo. A Junta continua com dúvidas jurídicas sobre o pagamento do SIP durante 12 meses, aguardando um parecer que permita enquadrar a reivindicação dos trabalhadores. O Sindicato sublinha que é no campo político que reside a resposta definitiva a esta reivindicação, à semelhança do verificado em outras Freguesias da cidade e da própria CML. O Executivo comprometeu-se também a rever a redação da cláusula no ACEP sobre o descanso compensatório por trabalho em dia feriado, que terá gerado algumas dúvidas na sua aplicação, assumindo depois a atribuição das folgas devidas com retroatividade a junho de 2022. Informaram ainda que estão a concluir o processo de aquisição de fardamento e EPI's. Esperam agora que no início do ano, os vários materiais sejam entregues. O STML reforçou a importância da existência de um *stock*, para substituir com celeridade e eficácia as peças de fardamento deterioradas e os EPI's em falta. Por outro lado, a Junta já identificou os trabalhadores com mais de 50 anos que têm a consulta anual de medicina do trabalho. Referiu ainda, que irão fazer uma consulta ao mercado no sentido de encontrar uma outra empresa que preste o serviço de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) ou, eventualmente, avançar com o protocolo com os serviços da CML/Departamento de Saúde, Higiene e Segurança (DSHS), que integra a Medicina do Trabalho. Foi referido pelo Executivo que a avaliação do biénio 2021/2022 estará concluído em janeiro de 2024. Contudo, afirmam que no vencimento de janeiro, serão incluídas as alterações de posição remuneratória, incluindo o decorrente do "acelerador de carreiras", isto é, mudança de posição remuneratória com 6 pontos. Por último, o STML propôs a atribuição do Passe Metropolitano, assumindo o Executivo avaliar esta possibilidade.

ALVALADE

Depois da expectativa criada nos últimos meses de 2023 em torno da celebração de um novo ACEP que regule as reivindicações dos trabalhadores da higiene urbana, nomeadamente o descanso compensatório pelo trabalho em dia feriado e o pagamento do SIP no período de férias, está agendado para **25 de janeiro** a sua assinatura. Valorizamos, uma vez mais, porque determinante no desfecho agora alcançado, o envolvimento dos trabalhadores-cantoneiros na luta pelos seus direitos e expectativas, agora finalmente alcançados através de um novo ACEP. Lutar vale sempre a pena!

LUMIAR

Em fins de novembro, o STML enviou uma proposta de revisão do ACEP, de forma a incluir o pagamento do SIP e do suplemento noturno em período de férias. Por outro lado, os dirigentes da Área de Saúde e Segurança no Trabalho do STML visitaram as instalações do novo posto da Higiene Urbana de Telheiras, identificando algumas situações que carecem de correção, das quais já se deu nota ao Executivo. Por último, a Junta apresentou uma proposta de alteração de horários de trabalho para a Higiene Urbana. Em plenário com os trabalhadores a 11 de janeiro, resultou uma contraproposta, entretanto enviada ao Presidente da Junta do Lumiar.

SANTO ANTÓNIO

Em junho de 2023, o Presidente desta Junta, em reunião com o STML, reconheceu o direito dos trabalhadores ao pagamento do suplemento noturno e do SIP durante 12 meses, com efeitos retroativos. Decisão que o STML muito valorizou. No entanto, não se verificou, durante o período de férias dos trabalhadores, o pagamento dos referidos suplementos, nem dos respetivos retroativos. Também em junho desse ano, o STML questionou o Executivo sobre quais as medidas a adotar, face à falta de pessoal na Limpeza Urbana, problema que se tem agravado com as perspetivas de aposentação. Referiu, então o Presidente, que estava a desenvolver um esforço em termos de contratação, através do regime de prestação de serviços (recibos-verdes), o que veio efetivamente a acontecer. Para além desta decisão que procurava uma resposta no imediato, o Executivo pretendia abrir um novo concurso de ingresso até final de 2023, o que não se verificou. Por último, o Posto de Limpeza do Mercado Rato apresenta um nível de degradação cada vez maior, tornando-se cada mais indignas as respetivas condições de trabalho. Motivos que justificaram a apresentação de uma queixa do STML junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT). Face à demora na resolução dos inúmeros problemas, foi decidido em plenário, avançar com um abaixo-assinado a ser entregue, através de uma concentração dos trabalhadores junto à Sede de Santo António, durante este mês de janeiro.

BELÉM

Em plenários realizados a 15 de janeiro, ficou evidente o desagrado dos cantoneiros desta freguesia em não terem os mesmos direitos que muitos outros trabalhadores da cidade. Referimo-nos concretamente aos 3 dias de férias pela avaliação, à folga pelo trabalho em dia-feriado ou ao pagamento do SIP, também o suplemento noturno, durante 12 meses. Todas estas matérias, entre outras, deverão ser negociadas e enquadradas em sede de ACEP, processo que até agora o Executivo de Belém tem recusado. Apesar desta intransigência, o STML irá formalizar um novo pedido de reunião, propositando alicerçar as respostas que os trabalhadores reivindicam. Em caso negativo, discutir-se-á em fevereiro os caminhos de luta que podem ser assumidos, reerguendo o processo iniciado em 2021 que se prolongou até meio de 2022.



A 19 de dezembro teve lugar uma reunião com o CA propondo encerrar o processo negocial de aumentos salariais de 2023, além de apresentar a proposta de aumento sufragada pelos trabalhadores para 2024. Foram também debatidos um conjunto de assuntos que resultaram dos plenários realizados pelo Sindicato durante o mês de novembro.

Sobre o processo negocial de 2023, que deveria ter sido encerrado, no limite, em finais de julho (!), o CA afirmou ser incomportável avançar com algum tipo de valorização face à receita apurada durante o 2º semestre. Argumentam que, face às expectativas, a receita, principalmente a nível do Castelo de São Jorge, caiu de forma inesperada. O STML lamentou esta decisão, sublinhando que não se pode defender a sustentabilidade da empresa, sem considerar os interesses e as condições de vida de quem de facto lhe dá corpo e alma, ou seja, os trabalhadores.

Para o ano de 2024, o Sindicato propôs um aumento de 150€ para todos os trabalhadores, tendo contraproposto o CA um **aumento na ordem dos 3%, com mínimo de 52€**, acrescentando não haver neste momento qualquer margem negocial pelos mesmos motivos de ordem financeira. Em suma, a Administração reproduz exatamente o assumido pelo Governo para a realidade da Administração Pública, numa prática que o Sindicato criticou por secundarizar o AE em matéria de negociação salarial anual, além de desvalorizar a realidade económica que o país e os trabalhadores atravessam, em especial estes últimos, sujeitos a uma acentuada diminuição do seu poder de compra. O CA sublinhou ainda, não estar totalmente descartado uma valorização acima desta percentagem e montante, num processo dependente da avaliação da receita da empresa durante 2024...

Ainda no campo remuneratório, o STML relembrou a importância em rever o enquadramento do **Abono por Falhas**, defendendo o montante que é assumido pela CML (de 86,24€/mês). Também as **Ajudas de Custo** (transportes, quilómetros, etc.) devem ser revistas.

Por outro lado, o STML propôs a atribuição do **Passe Metropolitano** para todos os trabalhadores da empresa, assumindo o CA o compromisso de avaliar esta medida, mas sempre seguindo as orientações da tutela (CML). O Sindicato relembrou que a Administração tem plena autonomia para assumir este tipo de decisões, associando ainda, como argumento que favorece esta opção, os benefícios em sede de IRC.

No campo da **Medicina do Trabalho**, o CA admitiu alguns atrasos no processo de regularização contratual com a empresa que presta este serviço, estando, porém, já em fase de adjudicação. Em inícios do ano, esperam ter este problema resolvido.

Sobre os problemas com a segurança das instalações do **Serviço de Conservação e Restauro de Azulejos**, afirmou o CA que este assunto estará prestes a ser solucionado com a contratação de um elemento de uma empresa de segurança privada, solução há muito defendida pelo STML.

Por outro lado, o Sindicato alertou para a **necessidade de reforço de pessoal no Museu do Aljube e no Teatro Romano**, considerando especialmente os períodos de almoço. O CA registou este problema, afirmando que terá de se avaliar se não será mais oportuno o encerramento ao público destes equipamentos durante o período apontado.

Sobre o **Código de Ética e Conduta**, além do **Sistema de Avaliação de Desempenho**, referiram os membros da Administração que se encontram ambos os instrumentos em fase de desenvolvimento no sentido de apresentar aos trabalhadores, e ao próprio Sindicato, documentos minimamente estruturados. O STML relembrou a importância em acolher o contributo (propostas, preocupações, dúvidas, etc.) dos trabalhadores, valorizando neste sentido a prática democrática no que à organização e regulamentação interna da empresa dizem respeito. Ideias bem aceites pelo CA.

STML reúne com a Direção de Gestão de Pessoas (DGP)

Face a vários processos que o STML julgou ser necessário primeiro debatê-los com a DGP e só depois apresentar à Administração se necessário (como as requalificações, reposicionamento na tabela salarial, entre outros assuntos de natureza individual), foi possível reunir a 5 de janeiro com a responsável da DGP. Dos vários assuntos debatidos, destacamos o processo de **requalificação da equipa composta pelos Técnicos de Museologia e Património da Casa Fernando Pessoa**. O sindicato já fez chegar à DGP a fundamentação em termos de funções realmente exercidas que justificam a sua possível requalificação.

Também no campo das requalificações, abordou-se o caso dos **Assistentes de Bilheteira** que durante a operacionalização do sistema fornecido pela *Blueticket*, contribuíram para o seu desenvolvimento. O STML também já fez chegar à DGP a lista nominal dos respetivos trabalhadores.

Por outro lado, sobre os **trabalhadores que entraram para a EGEAC depois de 2009** e foram posicionados no nível 4.1 e depois 5.1 da tabela salarial, em franca desigualdade com outros trabalhadores que, apesarem de desempenharem as mesmas funções, entraram na posição 7.1, informou a DGP que a Administração deu um parecer favorável ao reposicionamento dos trabalhadores prejudicados. Esta decisão deverá ocorrer faseadamente durante 2024-2025. A DGP ficou de enviar ao STML informação mais detalhada sobre este processo no sentido de perceber claramente quando e quem são os trabalhadores que poderão ver a sua situação finalmente resolvida de acordo com as suas expectativas.

Um outro tópico debatido, foi o que se relaciona com os **Planos de Emergência e a implementação das Medidas de Autoproteção (MAP)** que até agora eram inexistentes em muitas instalações da empresa. Refere a DGP que todos os museus terão o seu respetivo plano de emergência e MAPs durante este ano, além de outros casos identificados.

Por último, sobre as **Ajudas de Custo**, e sendo as mesmas atualizadas nos seus montantes em função do que se verifica na administração pública, refere a DGP que estão a construir um *regulamento* sobre este tema. Em tempo oportuno, farão chegar ao sindicato para conhecimento e apreciação.

Para fins de fevereiro-inícios de março, consensualizou-se uma nova reunião propondo a atualização destes e outros processos.



Inserido no processo de celebração de um Acordo de Empresa (AE), o STML organizou mais uma visita aos locais de trabalho desta empresa. Voltámos, assim, ao terreno com o intuito de escutar os trabalhadores, para conhecer, ainda com mais profundidade, os aspectos funcionais e orgânicos da SRU. Além da abordagem de diversas matérias relacionadas directamente com o AE, debateu-se igualmente os três regulamentos da empresa. Designadamente o Plano de Carreiras, a Tabela Salarial e o Sistema de Gestão de Desempenho e Talento. O STML sublinha que os referidos documentos, depois de revistos e corrigidos se necessário, sejam incluídos no processo negocial de contratação colectiva. Neste momento, a SRU é a única empresa municipal que não tem um instrumento de contratação colectiva. As sucessivas alterações na composição da administração, associadas aos anos de confinamento por causa da pandemia da covid-19, têm servido para justificar o atraso de mais de três anos. Na última reunião com o STML, o CA assegurou que não via qualquer impedimento à sua assinatura e comprometeu-se a enviar a uma contraproposta até ao final de junho (de 2023). Contudo, o STML continua à espera da dita contraproposta...



Depois da reunião com a administração de 13 de novembro, os trabalhadores reuniram-se em plenário a 7 de dezembro. O aumento salarial para 2024 esteve no centro da discussão, tendo os trabalhadores assumido a sua indignação e o seu protesto pelo não aumento dos salários em conformidade com a realidade que o país atravessa, nomeadamente ao nível da elevada taxa de inflação, que tem levado a uma subida constante do custo dos bens e serviços essenciais, indissociável de uma diminuição do poder de compra.

No ano que agora se inicia, o CA manteve a velha prática de ignorar a proposta dos trabalhadores, sem sequer tentar uma aproximação a um verdadeiro processo negocial, repetindo a desconsideração verificada em 2022 e 2023. O STML considera inadmissível esta postura, relembrando que a negociação decorre do

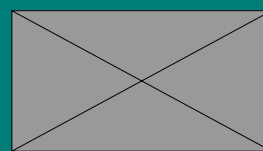
próprio AE, através do qual o empregador e os representantes dos trabalhadores negociam condições específicas de trabalho.

Além de mais, os trabalhadores continuam à espera da concretização do entendimento que houve em 2021, entre os sindicatos e o CA, que decidiu um aumento de 10€ neste ano. Por motivos alheios aos trabalhadores esse aumento nunca foi aplicado.

Existem, pois, motivos mais do que suficientes para criticarmos a forma de atuar do CA da empresa. Por isso, no último plenário, a maioria dos trabalhadores aprovou uma série de ações de denúncia e protesto, cujo objetivo é pôr fim às políticas de desvalorização do trabalho e dos trabalhadores da GEBALIS.

Visita aos locais de trabalho

O STML visitou, também em novembro, todos os locais de trabalho da GEBALIS. Ouvimos os trabalhadores e verificámos as condições dos 14 espaços de trabalho. Os trabalhadores aproveitaram a ocasião para abordar algumas matérias transversais à empresa, como a valorização dos salários ou o sistema de avaliação de desempenho. Isto para além dos seus problemas específicos. Por exemplo, a abrangência do suplemento de insalubridade e penosidade, incluindo a possibilidade de haver uma atualização anual. O sindicato irá agora apresentar ao CA um relatório com sugestões e indicações para a sua resolução.



Depois de o STML ter recebido do CA uma contraproposta para um futuro AE, recorde-se, teve lugar uma ronda negocial a 27 de setembro de 2023. Posteriormente, o sindicato formalizou por escrito todas as questões que podem ser melhoradas no âmbito do referido documento, tendo também em consideração as preocupações que nos foram colocadas pelo Presidente do MARL. Os administradores demonstraram abertura para acolher as alterações sugeridas, mantendo-se em aberto a discussão sobre todos os assuntos. Previa-se uma nova reunião em novembro, que não chegou a acontecer. Nos contactos do STML com o Presidente para retomar o processo negocial, fomos informados que estes atrasos se justificaram pela recomposição que o CA foi obrigado a fazer pela saída de um dos seus elementos.

Assim, o STML e os trabalhadores do MARL aguardam a marcação de uma nova reunião para inícios deste ano no sentido de dar continuidade à negociação. Lembramos que a estagnação do salário e a inexistência de um plano de carreiras são uma realidade de que existe desde sempre nesta empresa.

A 29 de novembro a CGTP-IN promoveu uma concentração junto à Assembleia da República



A 29 de novembro centenas de trabalhadores concentraram-se junto da Assembleia República, onde se procedia à votação final global do **Orçamento do Estado (OE)**, para mostrar a necessidade de resposta imediata às justas e urgentes reivindicações dos trabalhadores, denunciar a ausência de medidas que respondam aos graves problemas do País e afirmar que a solução dos problemas, a defesa dos direitos e a melhoria das condições de vida não podem esperar por crises políticas ou pré-campanhas eleitorais.

Com um governo de maioria, o OE foi aprovado, prosseguindo assim, a trajetória do empobrecimento de quem trabalha, e não resolvendo os problemas com que se confrontam os trabalhadores e as suas famílias em termos dos seus rendimentos, direitos e condições de vida.

António Costa vangloria-se que ao longo dos oito anos de governação conseguiu “virar a página da austeridade e tirar o país de uma situação de défice excessivo passando a uma situação de sólida e tranquila estabilidade orçamental que aumenta a liberdade de escolhas políticas”. Contudo, continua o brutal aumento do custo de vida (inflação), o descontrolo dos preços de bens e serviços essenciais (especulação)! O problema dramático que se vive no campo da habitação, ou o aprofundar do desinvestimento deliberado no Serviço Nacional de Saúde e na

Educação. Em suma, as principais reivindicações que o governo optou por não dar resposta:

- O aumento de salários e pensões ficou aquém do reivindicado, confrontado os portugueses com a constante e contínua perda do poder de compra;
- O SIADAP mantém-se um Sistema de Avaliação com quotas, que condicionam a atribuição de menções a uma percentagem e não ao número efetivo de trabalhadores que as merecem;
- Não houve qualquer alteração que valorize as carreiras profissionais, que identifique e regule as profissões de desgaste rápido, que altere a regulamentação do subsídio de Insalubridade e penosidade de forma a torná-lo mais abrangente e voltando a incluir o risco.

Muitas outras reivindicações poderiam ser referidas, mas a resposta do governo é marcada por um autismo inaceitável! Com um Governo a prazo, um 1º Ministro demissionário e eleições antecipadas agendadas para 10 de março, a verdade é que continuam a faltar respostas aos problemas e às reivindicações dos trabalhadores. A luta vai assim continuar, também no sentido de voto que cada um deverá ter, em defesa dos seus direitos, expectativas e interesses!



A luta saiu à rua na época de Natal contra as desigualdades e as injustiças sociais!

A **União dos Sindicatos de Lisboa (USL/CGTP-IN)** realizou a 13 de dezembro um desfile pelas ruas de Lisboa, contra as desigualdades e as injustiças sociais, numa iniciativa denominada de “**Marcha Popular de Natal**”. O objetivo desta ação foi denunciar e combater as gritantes desigualdades e injustiças sociais, numa época do ano em que tanto se fala de justiça e de solidariedade. É época do ano onde a hipocrisia e o cinismo acompanham as aparentes preocupações dos nossos governantes. Na região de Lisboa as dificuldades acentuam-se, sendo as questões do emprego, da saúde e da habitação muito pior que a realidade nacional, senão vejamos:

A taxa de desemprego na região de Lisboa é de 7%, superior à do país. Sete (7) em cada dez (10) jovens tem contrato precário.

Mais de 1 milhão e 70 mil utentes não têm médico de família. As rendas de casa na região de Lisboa são 1,5 vezes superiores ao país e, na cidade de Lisboa, são duas vezes mais.

Nesta ação, os ativistas sindicais marcharam a cantar ao som da música “Menino está dormindo” com letra adaptada “O Governo esteve dormindo, à sombra da maioria...”. O Natal tem de ser para todos! Com determinação, saímos à rua e exigimos uma política alternativa, que distribua a riqueza de forma justa, que ponha termo ao aumento dos lucros escandalosos dos grandes grupos económicos e financeiros, que respeite e valorize o trabalho e os trabalhadores. No final da marcha teve lugar uma intervenção da Secretária-Geral da CGTP-IN, Isabel Camarinha.

A Frente Comum realiza protesto face aos problemas que ainda estão por solucionar!



A Frente Comum (FCSAP) realizou a 16 de janeiro uma Ação de Luta, intitulada “Cordão Reivindicativo”, com centenas de Dirigentes e Delegados dos seus Sindicatos, entre quais o STML, num quadro em que é necessário dar resposta aos problemas dos trabalhadores da Administração Pública (AP) afirmando as suas propostas e exigindo soluções aos Partidos e candidatos às Eleições Legislativas de 10 de março.

No âmbito da pré-campanha eleitoral que agora marca o dia-a-dia da comunicação social e, conseqüentemente, dos portugueses, o “cordão reivindicativo” do Rossio ao Cais das Colunas, não deixou de sublinhar a hipocrisia e o cinismo daqueles que hoje tudo prometem, quando ontem, tudo ou quase tudo chumbaram no Parlamento.

Contudo, dentro da lógica que está subjacente ao ditado popular que afirma “a montanha pariu um rato”, damos nota da publicação dos diplomas que alteram o sistema de avaliação de desempenho dos trabalhadores e reestruturam a carreira geral de técnico superior, também o que altera o valor do trabalho suplementar, a partir da 100ª hora extra.

A FCSAP, que durante o processo negocial apresentou as suas propostas, não viu qualquer abertura do Governo para as aceitar, tendo o Executivo mantido as suas posições de fundo do início ao fim da “negociação”.

O Governo optou por manter um Sistema de Avaliação com quotas. Não aceitou também as propostas da FCSAP de reduzir para quatro (4) pontos as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, nem de garantir que todos os trabalhadores possam atingir o topo das respectivas carreiras.

As alterações introduzidas à Carreira de técnico Superior do Regime Geral, para além de insuficientes, não se fazendo sentir

noutras Carreiras Superiores, aprofundam as diferenças relativas para as Carreiras Especiais e conduzem à sua desvalorização.

Mais uma vez, o Governo opta por “dividir para reinar”, deixando os trabalhadores de muitas carreiras (especiais e gerais, como os Assistentes Técnicos) sem qualquer alteração que valorize as suas profissões.

Já no trabalho suplementar, o Governo decidiu repor as percentagens reivindicadas pela FCSAP, mas só apenas a partir da 100ª hora extra, tal como já tinha acontecido para o sector privado. Assim, depois de se ultrapassarem 100 horas anuais de trabalho extra, o trabalhador tem direito aos seguintes acréscimos:

- 50% pela primeira hora ou fração desta e 75% por hora ou fração subsequente, em dia normal de trabalho;
- 100% por cada hora ou fração, em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, ou em dia feriado.

Trata-se de uma revisão que, no essencial, deixa quase tudo na mesma, pelo que continuará a merecer o desacordo da FCSAP, que reafirma a necessidade de revogar o SIADAP, substituindo-o por um sistema justo, transparente e sem quotas, a exigência de valorização de todas as Carreiras da AP, sem exceção, e a reposição integral do pagamento do trabalho suplementar tal como era pago antes da troica.

Razões que nos levam a afirmar que no dia 10 de março, levamos a luta ao voto, por melhores salários - 15%, com mínimo de 150€, atingindo os 1.000€ como primeira posição da TRU até ao fim deste ano; a reposição das carreiras; a regulamentação das profissões de desgaste rápido; a diminuição da quotização para a ADSE em 1,5% sobre 12 meses; o alargamento e atualização do suplemento de insalubridade e penosidade; melhores condições para a aposentação, entre muitas outras reivindicações.

Médio Oriente O genocídio em marcha



Embora a imprensa alinhada continue a procurar legitimar a ação israelita à luz do “direito de defesa” depois do ataque do Hamas (7.out), opiniões públicas de todo o mundo colocam cada vez mais em causa a narrativa e mostram a sua solidariedade com o povo palestino. Contudo, para milhões de civis palestinos, sobretudo para os mais de dois milhões que vivem em Gaza, o tempo urge para travar aquilo que, com propriedade, muitos já denominaram de genocídio.

À luz do direito internacional, a desproporcionalidade empregue pelos israelitas na resposta ao ataque dos islamistas do Hamas, ultrapassou todos os limites impostos pelo direito internacional desde o primeiro momento. Começou na retórica do governo de extrema-direita, liderado por Benjamin Nethanyau, adjetivando o povo palestino de “animais”, juntando-se logo a seguir a promessa do “extermínio total dos terroristas” e um lapidar “vamos eliminar tudo”, proferido pelo ministro da defesa.

Mal as bombas começaram a cair sobre toda a Faixa de Gaza (com maior incidência na zona norte do pequeno território sobrepovoado por 2,3 milhões de seres humanos), depressa se percebeu que, para as forças militares de Israel, não havia distinções a fazer entre os “terroristas” e os outros palestinos, incluindo crianças. Da boca de qualquer autoridade israelita não se ouviu sequer aquela pobre e trágica justificação dos “danos colaterais”. A intensão de pôr em marcha um genocídio fora, simplesmente, assumida nos discursos oficiais logo naquele dia. Os cortes gerais de água, luz e comunicações de todo o território idem. A mais abjeta arbitrariedade no uso da força apenas o confirmou.

Aquilo que expomos nos parágrafos em epígrafe são os factos que o ex-diretor do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, Craig Mokhiber, apontou na sua carta de demissão de 28 de outubro, para caracterizar a ação israelita em Gaza de “um caso exemplar de genocídio”. Este alto quadro das Nações Unidas sustenta mesmo o seu parecer na forma assustadoramente transparente como o governo sionista o declarou. Dito de outro modo, Israel não se preocupa sequer em esconder as suas reais intenções, tal a impunidade que lhe é conferida no xadrez das relações internacionais.

Tal como Mokhiber, largas centenas de especialistas em direito internacional e académicos especialistas em crimes de geno-

cídio já haviam reiterado que a ação israelita nada tem que ver com legítima defesa, prefigurando-se, isso sim, como um crime de genocídio. Lê-se numa publicação de 15 de outubro assinada por mais de 700 especialistas: “não o fazemos de ânimo leve, reconhecendo o peso deste crime (...) mas somos obrigados a lançar o alerta para a possibilidade de as forças israelitas estarem a cometer um crime de genocídio.”

Estranhamente, e enquanto as ruas traduzem a indignação e a revolta, os meios de comunicação social ocidental apostam numa narrativa de negação do crime de genocídio, como se o bombardear indiscriminadamente bairros inteiros, escolas, hospitais e campos de refugiados não o configurasse. Mais, nem as agências da ONU nem as sedes de várias ONG humanitárias em Gaza escaparam à fúria assassina do poderio bélico de Israel (praticamente todo ele fornecido pelo aliado histórico, os EUA). A isto, a catástrofe sanitária, com cortes permanentes de água e eletricidade, de comunicações e combustíveis.

Ao contrário do que dizem alguns destacados “fazedores de opinião” – que, ultrapassados pelos factos (e pelas imagens que o Ocidente não consegue controlar nem negar) procuram inverter a narrativa e acusar quem, como António Guterres, diz que o Hamas e o seu extremismo assassino não nasceram do nada –, os povos da Europa e dos EUA, incluindo muitos judeus, vão demonstrando a sua indignação e revolta contra a cumplicidade criminosa e letal dos seus Estados para com o genocídio de palestinos.

Também em várias cidades do nosso país, as iniciativas contra a barbárie israelita tiveram lugar com o envolvimento de milhares de pessoas. Destacamos as realizadas em Lisboa, promovidas pela CGTP-IN, pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) e pelo Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente (MPPM), às quais o STML se juntou a 11, 18 e 29 de outubro, a 3 e 29 de novembro, a 8 de dezembro e, mais recentemente a 14 de janeiro.

A Palestina e o Médio Oriente precisam de paz, o que exige o reconhecimento e cumprimento dos direitos nacionais do povo palestino. O prolongamento e instigação deste conflito constituem uma grave ameaça à paz em toda a região e no mundo. É urgente pôr fim ao massacre!